



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais
IFSULDEMINAS - Campus Três Corações

EDITAL Nº2/2026/LPA/DAP/TCO/IFSULDEMINAS

20 de maio de 2026

EDITAL Nº1/2026/LPA/DAP/TCO/IFSULDEMINAS

20 de maio de 2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº : 805/2026

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026

PROCESSO: [23343.001938.2026-17](#)

1. PREÂMBULO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Três Corações, neste ato denominado simplesmente IFSULDEMINAS – Campus Três Corações, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar chamada pública para formalização de dispensa de licitação, conforme condições estabelecidas neste edital e em seus anexos. O procedimento observará as disposições da Lei nº 11.947/2009, da Resolução Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026 e demais normas aplicáveis, e será subsidiado pela Lei nº 14.133/2021.

DAS DATAS, HORÁRIOS E LOCAL DOS EVENTOS:

Período de divulgação da Chamada Pública: 01/06/2026 a 22/06/2026

Entrega dos envelopes: Até às 14h30 do dia 22/06/2026 (horário de Brasília)

Abertura dos envelopes: Dia 22/06/2026, às 14h30 (horário de Brasília)

Endereço da Sessão Pública: Sala Administrativo - Unidade II, Rua Alfa, 168 - Bairro Monte Alegre, Três Corações - MG.

2. DO OBJETO

2.1 Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

2.2. Os itens a serem adquiridos e respectivos quantitativos estão descritos no Anexo I – Projeto Básico.

3. DOS ANEXOS

3.1 Integram este edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

3.1.1 Anexo I – Projeto Básico;

3.1.1.1 Por se tratar de aquisição de bens, considerar-se-á tal documento com efeito de Termo

de Referência.

3.1.2 Anexo II – Modelo de Projeto de Venda;

3.1.3 Anexo III – Modelo de Declaração de Origem dos Produtos;

3.1.4 Anexo IV – Modelo de Declaração de Controle de Limite Individual de Venda;

3.1.5 Anexo V - Minuta do Contrato;

3.1.6 Anexo VI – Modelo de Termo de Recebimento;

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar deste procedimento, somente:

4.1.1 **Fornecedores Individuais:** Agricultores familiares não organizados em grupos, detentores do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF Pessoa Física;

4.1.2 **Grupos Informais:** Agricultores familiares organizados em grupos informais, detentores do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF;

4.1.3 **Grupos Formais:** Agricultores familiares organizados em grupos formais, constituídos em cooperativas e associações, detentores do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF;

4.1.4 **Empreendedores Familiares Rurais – EFR:** empreendedores familiares rurais detentores do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF, nos termos da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1 O proponente ou o seu representante, deverá, preferencialmente, na mesma ocasião da entrega de seu envelope, apresentar-se à Comissão (Comissão de Avaliação da Chamada Pública) para efetuar o seu credenciamento como participante deste procedimento, munido da sua carteira de identidade e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante os procedimentos relativos a esta dispensa de licitação.

5.1.1 O credenciamento poderá ser efetuado durante a sessão pública, antes de quaisquer manifestações em nome do proponente a ser representado.

5.1.2 A não apresentação ou incorreção de quaisquer dos documentos de credenciamento não impedirá a participação do proponente no presente procedimento, porém impedirá o interessado de manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão, em nome do proponente.

5.1.3 Considera-se como representante do proponente qualquer pessoa habilitada, nos termos do estatuto, do instrumento público de procuração, ou particular com firma reconhecida, ou documento equivalente.

5.1.4 Cada credenciado poderá representar apenas um proponente. Aquele que já tiver, na sessão pública, manifestado em nome de um proponente, não poderá mais optar por representar outro, nesta mesma sessão.

5.2 Os documentos exigidos nesta dispensa de licitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão, ou publicação em órgão de imprensa oficial.

5.2.1 Não terá por comprovada a autenticidade de documentos por meio de cópias que não sejam os originais (cópia de cópia).

6. DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

6.1. O envelope deverá ser entregue na **Diretoria de Administração e Planejamento (DAP)** do IFSULDEMINAS – Campus Três Corações, localizado à Unidade II, Rua Alfa, 168 - Bairro Monte Alegre, Três Corações - MG, CEP 37.410-462, das 09h às 12h e das 13h às 17h, ou até a hora indicada no preâmbulo.

6.2. Cada participante deverá apresentar um único envelope contendo os documentos de habilitação, inclusive o

Projeto de Venda.

6.3. O envelope poderá ser entregue à Comissão por qualquer pessoa, desde que apresente seu documento de identidade, para o qual será emitido o respectivo recibo.

6.4. Os envelopes poderão ser enviados via postal, desde que sejam entregues no local, até a data e horário indicados no preâmbulo, não ficando, o Campus Três Corações, responsável por eventual atraso na entrega dos envelopes, independente da data de postagem, tendo em vista que a Sessão Pública não será adiada ou alterada em virtude do não recebimento dos envelopes de licitantes.

6.4.1. O licitante deverá utilizar o endereçamento, conforme item 6.1 do edital, devendo indicar **“Aos cuidados (A/C) da DAP do IFSULDEMINAS – Campus Três Corações”**.

6.5. O Campus Três Corações não se responsabilizará por envelopes entregues a secretárias, recepcionistas ou em qualquer outra repartição do órgão que não seja a DAP.

6.6. Se por ventura mais de um envelope de um mesmo participante for entregue à Comissão, terá preferência, para efeito de participação na disputa, aquele apresentado por representante devidamente credenciado pelo participante. Se mais de um envelope do mesmo participante tiver sido entregue dessa forma, terá preferência aquele apresentado por último, tempestivamente.

6.6.1. Os envelopes apresentados após o momento definido previamente no preâmbulo deste Edital somente serão recebidos se o responsável por entregá-los apresentar-se para tanto, na DAP até o horário limite determinado, e estiver aguardando o atendimento pela Comissão.

6.6.1.1. Depois de ultrapassado esse horário, exceto na situação acima, nenhum outro será recebido, tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à documentação.

6.7. O conjunto de documentos relativos à habilitação deverá ser entregue em envelope fechado e lacrado, identificado com o nome do participante e contendo em suas partes externas e frontais os seguintes dizeres:

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

CAMPUS TRÊS CORAÇÕES

DISPENSA DE LICITAÇÃO: 805/2026

CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026

IDENTIFICAÇÃO DO FORNECEDOR:

<Se Fornecedor Individual: nome e CPF;

Se Grupo Informal: nome de um dos agricultores e CPF;

Se Grupo Formal: nome do grupo e CNPJ>

Se Empreendedor Familiar Rural (EFR) : nome e CNPJ

6.7.1. Divergências dos dizeres nas partes externas dos envelopes em relação à forma acima indicada não serão impedimento para participação na dispensa de licitação, desde que não deixem dúvidas quanto à chamada pública a que se refere o(s) participante(s), detentor(es) deste(s).

6.8. Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos para fins de participação na chamada.

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ENVELOPE

7.1 Para a habilitação, os participantes deverão apresentar os documentos a seguir relacionados, conforme o tipo de fornecedor que se enquadrem:

7.1.1 Fornecedores Individuais, detentores de CAF Pessoa Física, não organizados em grupo: :

7.1.1.1 cópia do CPF;

7.1.1.2 cópia do extrato do CAF Pessoa Física, emitido nos últimos sessenta dias;

7.1.1.3 projeto de venda com assinatura do agricultor participante, conforme modelo **Fornecedor Individual** do Anexo II;

7.1.1.4 documentação em atendimento aos requisitos higiênico-sanitários, conforme o alimento a ser comercializado, nos termos dos arts. 40 a 42; e

7.1.1.5 declaração de que os alimentos a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda, conforme modelo Anexo III.

7.1.2 Grupos Informais, organizados em grupo por dois ou mais agricultores familiares:

7.1.2.1 cópia do CPF de cada participante;

7.1.2.2 cópia do extrato do CAF Pessoa Física de cada agricultor familiar participante, emitido nos últimos sessenta dias;

7.1.2.3 projeto de venda com assinatura dos agricultores participantes, conforme modelo **Grupos Informais** do Anexo II;

7.1.2.4 documentação em atendimento aos requisitos higiênico-sanitários, conforme o alimento a ser comercializado, nos termos dos arts. 40 a 42; e

7.1.2.5 declaração de que os alimentos a serem entregues são oriundos de produção própria, relacionada no projeto de venda, conforme modelo Anexo III.

7.1.3 Grupos Formais, organizados em associações e cooperativas:

7.1.3.1 cópia do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;

7.1.3.2 cópia do extrato do CAF Pessoa Jurídica, emitido nos últimos sessenta dias;

7.1.3.3 cópia da certidão de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS;

7.1.3.4 cópias do estatuto e ata de posse da atual diretoria da entidade registrada no órgão competente;

7.1.3.5 projeto de venda assinado pelo seu representante legal e demais participantes, conforme modelo **Grupos Formais** do Anexo II.;

7.1.3.6 declaração de que os alimentos a serem entregues são produzidos pelos associados ou cooperados;

7.1.3.7 relação dos agricultores familiares participantes do projeto de venda, contendo o nome, CAF, valor e alimento;

7.1.3.8 declaração do seu representante legal de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda de seus cooperados ou associados, conforme modelo do Anexo IV; e

7.1.3.9 documentação em atendimento aos requisitos higiênico-sanitários, conforme o alimento a ser comercializado, nos termos dos arts. 40 a 42.

7.1.4 Dos Empreendedores Familiares Rurais - EFR:

7.1.4.1 cópia do CNPJ;

7.1.4.2 cópia do extrato do CAF Pessoa Jurídica do EFR, emitido nos últimos sessenta dias;

7.1.4.3 cópia da certidão de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao FGTS;

7.1.4.4 cópia do estatuto social ou contrato social do empreendimento familiar rural ou documento análogo;

7.1.4.5 projeto de venda assinado pelo(s) seu(s) representante(s) legal(is);

7.1.4.6 declaração de que os alimentos a serem entregues são de produção própria;

7.1.4.7 relação dos agricultores familiares participantes do projeto de venda, contendo o nome, CAF, valor e alimento;

7.1.4.8 declaração do(s) seu(s) representante(s) legal(is) de responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda; e

7.1.4.9 documentação em atendimento aos requisitos higiênico-sanitários, conforme o alimento a ser comercializado, nos termos dos arts. 40 a 42.

7.1.5 Na aquisição de alimentos de PCT, na ausência de apresentação da cópia do extrato do CAF Pessoa Física por fornecedor individual ou por integrantes de grupos informais, admite-se a apresentação da cópia do registro do Número de Identificação Social - NIS no Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico, desde que conste a identificação da categoria no referido cadastro.

7.2 Para os produtos orgânicos, será exigida a respectiva certificação orgânica, a qual deverá constar no envelope, juntamente aos demais documentos de habilitação.

7.3 Não será considerado inabilitado o grupo formal que deixar de apresentar a prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, desde que a Comissão de Avaliação logre êxito em comprovar tais regularidades por meio de consulta *online* na Internet, procedimento a ser realizado, se necessário, logo após a conferência dos documentos enviados.

7.4 Cada documento deverá ser apresentado em uma via, podendo ser o original, cópia autenticada por cartório competente ou por membro da Comissão, no momento da abertura dos envelopes, mediante apresentação da original.

7.5 Toda a documentação deverá estar vigente, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

7.6 Na ausência ou irregularidade de quaisquer dos documentos de habilitação, a Comissão, a seu critério, poderá conceder prazo para regularização, observado o tratamento isonômico a todos os proponentes.

8. DO PROCEDIMENTO DA SESSÃO PÚBLICA

8.1 No dia e horário designados neste edital, a Comissão dará início à sessão pública.

8.1.1 Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente os proponentes ou representantes credenciados, não sendo permitidas atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

8.2. Após a assinatura nos envelopes pelos membros da comissão e pelos proponentes, proceder-se-á a abertura desses, quando então a documentação de habilitação será analisada, conforme item próprio deste edital.

8.3. As documentações dos envelopes também deverão ser rubricadas pelos membros da comissão e pelos proponentes e representantes presentes.

8.3.1. Caso a comissão julgue conveniente, poderá suspender a reunião para analisar os documentos apresentados, marcando, na oportunidade, nova data e horário em que voltará a se reunir, informando os interessados.

8.4. Em todos os atos públicos, serão lavradas atas circunstanciadas, assinadas pelos membros da comissão e pelos representantes credenciados e proponentes presentes.

9. DO PROJETO DE VENDA

9.1 O Projeto de Venda deverá estar em conformidade com esta chamada pública e ser enviado, conforme **Anexo II** deste edital, de forma legível em uma via, sem emendas ou rasuras, contendo preço(s) unitário(s) e total(is) propostos em moeda corrente do país. Deverá conter, ainda, conforme o caso:

9.1.1 Identificação do número da chamada pública;

9.1.2 Característica do fornecedor proponente e assinatura;

9.1.3 Descrição dos mecanismos de acompanhamento das entregas dos produtos;

9.1.4 Relação de fornecedores e produtos (produto, unidade, quantidade, preço e valor total);

9.1.5 Nome da entidade articuladora do grupo informal;

9.1.6 Nome dos proponentes dos grupos formais e/ou informais;

9.1.7 Nome do Agricultor individual;

9.1.8 Local, data e assinatura.

9.2 A apresentação de Projeto de Venda para a contratação pretendida implica concordância do proponente em fornecer os produtos pelo preço de referência constante no Projeto Básico, realizados através de coleta de preços no mercado local, contemplando frete, embalagens, encargos e demais custos necessários ao fornecimento.

9.3 Os gêneros alimentícios deverão atender ao disposto nos arts. 40 a 42 da Resolução CD/FNDE nº 4/2026, sem prejuízo da observância das normas da ANVISA, do Ministério da Agricultura e Pecuária e dos órgãos locais de vigilância sanitária, conforme a natureza do alimento.

10. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

10.1 Conforme o art. 38 da Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026, os valores totais apresentados pelos proponentes deverão respeitar o limite individual de venda do Agricultor Familiar e do Empreendedor Familiar Rural para a alimentação escolar, no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) por CAF ou NIS, por ano civil.

10.1.1 para a comercialização com **fornecedores individuais ou grupos informais**, os contratos individuais firmados devem respeitar o valor máximo de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por CAF Pessoa Física ou por NIS, por ano civil.

10.1.2 para a comercialização com **grupos formais ou Empreendedor Familiar Rural (EFR)**, o valor máximo a ser contratado é o resultado da multiplicação do número de associados, cooperados ou integrantes do EFR, com CAF e produção própria, registrados no CAF Pessoa Jurídica, conforme a seguinte fórmula: $VMC = N \times VIM$, onde:

I - VMC: corresponde ao valor máximo de comercialização do grupo formal ou do EFR;

II - N: corresponde ao número de associados, cooperados ou integrantes do EFR, com produção própria de cada item, com CAF Pessoa Física ativo e vinculado ao CAF Pessoa Jurídica; e

III - VIM: corresponde ao valor individual máximo de comercialização previsto no caput.

10.1.3 Cabe às cooperativas, associações ou EFR que firmarem contratos com a entidade executora a responsabilidade pelo controle do atendimento do limite individual de venda nos casos de comercialização com os grupos formais.

10.1.4 Cabe à entidade executora a responsabilidade pelo controle do atendimento ao limite individual de comercialização, nos casos de venda realizada por grupos informais e por agricultores familiares individuais e o controle do limite total de comercialização das cooperativas, associações e EFR, nos casos de venda realizada por grupos formais.

10.2 Os agricultores familiares, detentores do CAF, poderão contar com uma Entidade Articuladora que poderá, nesse caso, auxiliar na elaboração do Projeto de Venda de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar para a Alimentação Escolar.

10.2.1 As Entidades Articuladoras são aquelas definidas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA.

10.3 Conforme determina o art. 36 da Resolução FNDE 04/2026, para seleção, os projetos de vendas habilitados serão **classificados conforme a seguinte ordem de prioridade**:

I - grupo de projetos de fornecedores locais;

II - grupo de projetos de fornecedores da região geográfica imediata;

III - grupo de projetos de fornecedores da região geográfica intermediária;

IV - grupo de projetos de fornecedores do estado; e

V - grupo de projetos de fornecedores do País.

10.3.1. Para enquadramento dos grupos de projetos, será adotada a seguinte classificação, em conformidade com o § 2º do art. 36 da Resolução FNDE 04/2026, para definição da prioridade de seleção dos projetos de vendas de acordo com o item 10.3.

I - fornecedor individual local: aquele cujo município indicado no CAF Pessoa Física coincida com o município da EEx;

II - grupo informal local: aquele cuja maioria simples dos agricultores familiares integrantes possua CAF Pessoa Física no município da EEx;

III - grupo formal local: aquele cuja maioria simples dos cooperados ou associados vinculados ao CAF Pessoa Jurídica possua CAF Pessoa Física no município da EEx; e

IV - cooperativa central local: aquela cuja maioria simples dos agricultores familiares vinculados às cooperativas singulares associadas possua CAF Pessoa Física no município da Entidade Executora.

10.4 Após a classificação dos projetos de venda com base no critério de localidade, seguindo a prioridade listado no item 10.3, caso haja mais de uma proposta para a mesma localidade serão aplicados de forma sucessiva e excludentes, os seguintes critérios de desempate para seleção dos projetos de venda:

I - projetos que contemplem agricultores familiares assentados da reforma agrária, povos indígenas, comunidades quilombolas, bem como grupos formais e informais compostos por mulheres ou jovens agricultores familiares, não havendo hierarquia entre esses públicos;

II - projetos que contemplem o fornecimento de alimentos orgânicos ou agroecológicos, devidamente comprovados por meio de certificação válida ou por outros mecanismos de garantia previstos na legislação vigente; e

III - projetos organizados sob a forma de:

a) grupos formais;

b) grupos informais;

c) fornecedores individuais; e

d) cooperativas centrais

10.4.1. O enquadramento nos critérios previstos no item 10.4, observará o seguinte:

I - no caso de grupo formal, no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um dos cooperados ou associados deverão pertencer a pelo menos um dos públicos prioritários previstos no referido inciso;

II - no caso de grupo informal, todos os seus integrantes deverão possuir CAF Pessoa Física e pertencer a pelo menos um dos públicos prioritários previstos no § 5º, inciso I do art. 36 da Resolução FNDE 04/2026; e

III - admite-se a composição mista entre os públicos prioritários, sendo vedada a dupla contagem de agricultor familiar pertencente a mais de um desses públicos.

10.4.2. Os critérios previstos no item 10.4 e 10.4.1 serão aplicados de forma sucessiva e excludente, passando-se ao critério subsequente apenas na hipótese de empate no critério imediatamente anterior.

10.4.3. Persistindo o empate após a aplicação de todos os critérios, será realizado sorteio ou, havendo consenso entre as partes, poderá ser adotada a divisão do fornecimento.

10.4.4. Caso os fornecedores classificados em determinado nível de prioridade territorial possuam capacidade para atender integralmente às quantidades demandadas no edital de chamada pública, a seleção será encerrada e o processo seguirá para o procedimento de contratação.

10.5 O encaminhamento dos projetos de venda pressupõe o pleno conhecimento de todas as exigências contidas no edital de chamada pública e seus anexos e implica a aceitação integral e irretratável aos termos e condições deste edital e anexos.

11. DA HOMOLOGAÇÃO

11.1 Após o regular decurso da fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o processo de Chamada Pública - Dispensa de Licitação.

12. DO RESULTADO

12.1 A Comissão de Avaliação divulgará o resultado do processo em até 72 (setenta e duas) horas após a conclusão de todos os trabalhos desta chamada pública.

13. DO CONTRATO

13.1 O(s) proponente(s) vencedor(es) será(ão) convocado(s), via e-mail para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da intimação, assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste edital.

13.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do futuro fornecedor e aceita pela Administração.

13.3 Antes da assinatura do contrato, o órgão realizará consulta online para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

13.4 É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o contrato no prazo e condições estabelecidos, convocar os proponentes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, independentemente da cominação prevista neste edital.

14. DAS ALTERAÇÕES DO CONTRATO

14.1 O contrato poderá ser alterado nos termos do artigo 124 da Lei nº 14.133/2021.

15. DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1 É expressamente vedada a subcontratação.

16. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

16.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da assinatura ou até a entrega do quantitativo total dos produtos adquiridos, o que ocorrer primeiro.

16.2 A vigência poderá ultrapassar o exercício financeiro, desde que as despesas referentes à contratação sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, para fins de inscrição em restos a pagar, conforme Orientação Normativa AGU nº 39, de 13/12/2011.

17. DO REEQUILÍBRIO DOS PREÇOS

17.1 No caso de pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro por parte do contratado, este deverá demonstrar de forma clara, por intermédio de planilhas de custo, a composição do novo preço, indicando fatos imprevisíveis, se não for o caso, indicar fatos previsíveis com consequências imprevisíveis, apresentando, dessa forma, documentos comprobatórios dos fatos alegados e não se reportar a fatos absolutamente estranhos ao futuro contrato. Na análise da solicitação, dentre outros critérios, o contratante adotará, além de ampla pesquisa de preços, parecer contábil da solicitante e demonstração de reais impactos sobre a execução do futuro termo.

17.1.1 Não serão reconhecidos pedidos não fundamentados e desacompanhados de documentos que comprovem as alegações/fatos aludidos no pedido.

17.1.2 Pedido de reequilíbrio econômico-financeiro é procedimento excepcional, não se admitindo o seu manejo para corrigir distorções da equação econômico-financeira do contrato que sejam decorrentes de preços que o contratado não teria condições de suportar já na época de apresentação do seu Projeto de Venda. Solicitações dessa natureza serão prontamente indeferidas.

17.1.3 A deliberação de deferimento ou indeferimento do pedido será divulgada em até trinta dias.

17.1.4 Durante a análise do pedido de reequilíbrio pelo contratante, não será admitida a suspensão do fornecimento do objeto desta chamada pública. Caso isso ocorra, constituirá inexecução parcial das obrigações

assumidas, implicando a instauração de Processo Administrativo para aplicação das sanções cabíveis.

17.2 Sob nenhum pretexto haverá reequilíbrio econômico-financeiro retroativo; o prazo será contado a partir da manifestação do contratado, para os próximos fornecimentos para os quais não tenha sido ainda emitida a Ordem de Fornecimento.

18. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DO CONTRATO

18.1 As obrigações do contratante e do contratado são as estabelecidas no Projeto Básico e na minuta do contrato, bem como em outros itens deste edital.

19. DOS MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

19.1 Os métodos e Estratégias de Suprimento são estabelecidos no Anexo I – Projeto Básico.

20. DO PAGAMENTO

20.1 O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente no nome do contratado, na agência e estabelecimento bancário indicados por ele, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

20.2 O pagamento deverá ser efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contado do Recebimento Definitivo do objeto adquirido e mediante apresentação da Nota Fiscal.

20.3 Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133, de 2021, deverão ser efetuados no prazo de até cinco dias úteis, contado do Recebimento Definitivo do objeto licitado e mediante apresentação da Nota Fiscal, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

20.4 A nota fiscal deverá referir-se a produtos/serviços de uma única Nota de Empenho; no caso de o fornecimento abranger produtos/serviços de mais de uma Nota de Empenho, deverão ser emitidas tantas notas fiscais quantas forem necessárias.

20.5 A Nota de Empenho para a qual haja pagamento parcial, cujo fornecedor tenha seu registro de preço cancelado, permanecerá no nome desse, mesmo que os futuros pagamentos sejam feitos em nome do próximo fornecedor que tenha concordado em registrar seus preços, decorrente de negociação com a administração, obedecida à ordem de classificação.

20.6 Ficará reservado ao Campus Três Corações o direito de suspender o pagamento, até a regularização da situação, se, no ato da entrega ou na fase de recebimento definitivo forem identificadas imperfeições e/ou divergências em relação às especificações técnicas.

20.7 Serão retidas na fonte e recolhidas previamente aos cofres públicos as taxas, impostos e contribuições previstas na legislação pertinente, cujos valores e percentuais respectivos deverão estar discriminados em local próprio do documento fiscal de cobrança.

20.8 Quando do pagamento, se for o caso, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

20.9 A cada pagamento ao fornecedor a Administração realizará consulta *online* para verificar a manutenção das condições de habilitação.

20.9.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deve-se providenciar a sua advertência, por escrito, no sentido de que, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, o fornecedor regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;

20.9.2 O prazo do subitem anterior poderá ser prorrogado única vez, por igual período, a critério da Administração;

20.9.3 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do fornecedor, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Administração, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

20.9.4 Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, nos autos dos processos administrativos correspondentes, assegurada à

contratada a ampla defesa;

20.9.5 Havendo a efetiva prestação de serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o fornecedor não regularize sua situação junto ao SICAF;

20.9.6 Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade do órgão ou entidade contratante, não será rescindido o contrato em execução com empresa ou profissional inadimplente.

20.10 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante.

20.11 Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.12 O Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pelo contratado, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

20.13 A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado.

20.14 O desconto de qualquer valor no pagamento devido ao contratado, por motivo de descumprimento de obrigações, será precedido de processo administrativo em que será garantido ao contratado o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

20.15 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, ficará convencionada a taxa de encargos moratórios devida pelo contratante, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos Moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela pertinente a ser paga;

TX = Percentual da taxa anual = 6% (seis por cento);

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$$I = (TX/100)/365 \rightarrow I = (6/100)/365 \rightarrow I = 0,00016438$$

21. DA FISCALIZAÇÃO

21.1 A execução dos fornecimentos será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante do contratante, para este fim especialmente designado, com as atribuições específicas determinadas na Lei nº 14.133/2021, conforme detalhado no Projeto Básico.

21.2 O acompanhamento, o controle, a fiscalização e avaliação de que trata este item não excluem a responsabilidade do contratado e nem confere ao contratante responsabilidade solidária, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades ou danos na execução dos serviços contratados.

21.3 O contratante se reserva o direito de rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com o presente edital e seus anexos.

22. DOS RECEBIMENTOS PROVISÓRIOS E DEFINITIVO

22.1 O recebimento provisório é o ato pelo qual o material encomendado é entregue ao Campus Três Corações no

local previamente designado, não implicando, necessariamente, em aceitação. Transfere apenas a responsabilidade pela guarda e conservação do material, do fornecedor à unidade recebedora, independentemente dos dizeres típicos já impressos no documento fiscal, juntos à assinatura de quem tenha recebido o material.

22.2 A prova do recebimento provisório é constituída pela assinatura de quem de direito no documento fiscal ou documento equivalente e serve apenas como ressalva ao fornecedor para os efeitos do subitem anterior e de comprovação da data da entrega.

22.3 O **recebimento definitivo** é o ato pelo qual o servidor competente declara, no documento fiscal ou em outro documento hábil, haver recebido o bem que foi adquirido, tornando-se, neste caso, responsável pela quantidade e perfeita identificação desse bem, de acordo com as especificações estabelecidas na Nota de Empenho, contrato de aquisição ou outros instrumentos, consoante o artigo 95 da Lei 14.133/2021 atualizada.

22.4 O objeto deverá ser entregue pelo contratado, rigorosamente conforme especificações do edital, dentro do prazo estabelecido.

22.5 A pessoa/comissão designada para o recebimento provisório fará constar no canhoto e no verso do documento fiscal a data da entrega e, se for o caso, as irregularidades observadas, podendo estas últimas serem feitas em outro documento hábil.

22.6 Até os primeiros **10 (dez)** dias úteis do mês, serão realizados os procedimentos para fins de recebimento definitivo dos produtos entregues no mês anterior, verificando se está em conformidade com o exigido no edital e com o constante da respectiva proposta do vencedor.

22.6.1 Caso seja constatada a conformidade do objeto, será emitido Termo de Recebimento (definitivo), conforme anexo deste edital, e a nota encaminhada ao setor competente para fins de pagamento.

22.6.2 Caso seja constatada a deficiência no fornecimento do objeto, será lavrado termo, no qual se consignarão as desconformidades verificadas.

22.6.3 Quando for o caso, o contratado deverá sanar as falhas do fornecimento no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, para fins de novas verificações. Havendo nova desconformidade, ficará caracterizada a inexecução contratual pelo fornecedor.

22.6.4 Independentemente de o fornecedor providenciar a correção das falhas no fornecimento, o contratante poderá aplicar ao contratado as penalidades previstas, levando em consideração a gravidade do descumprimento das obrigações assumidas.

22.6.5 Os custos pelas correções do fornecimento em desconformidade correrão exclusivamente às expensas do contratado.

22.7 O Campus Três Corações não se responsabilizará pela guarda de materiais recusados, por período superior àquele fixado para substituição/complementação.

22.8 Os materiais recusados somente serão devolvidos mediante Termo de Recolhimento emitido pelo fornecedor, autorizando para tanto quem venha retirá-los.

22.9 O objeto somente será considerado entregue definitivamente após a verificação de todos os parâmetros necessários para o seu aceite, tais como: qualidade, quantidade, compatibilidade, autenticidade, e outros que se fizerem necessários.

23. DA RESCISÃO DO CONTRATO

23.1 As hipóteses de rescisão do ajuste, bem como a disciplina aplicável em tais casos, são aquelas previstas no instrumento de contrato, nos termos dos artigos 137, 138 e 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

24. FONTE DE RECURSOS

24.1 As despesas decorrentes da presente contratação estão estimadas em R\$ 85.229,16 (oitenta e cinco mil, duzentos e vinte e nove reais e dezesseis centavos) e correrão à conta dos recursos provenientes do FNDE/PNAE.

PTRES: 230446

Fonte de Recurso: 1133000000

PI: CFF53M9601N

25. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

25.1 As sanções administrativas são as estabelecidas no Anexo I – Projeto Básico e na minuta do contrato.

26. DOS RECURSOS

26.1 Dos atos da Administração, praticados no curso deste procedimento, será admitido recurso hierárquico, no prazo de **2 (dois)** dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata de reunião, nos casos de:

26.1.1 habilitação ou inabilitação do proponente;

26.1.2 rescisão do contrato por ato unilateral da Administração, nos casos a que se refere o inciso I do artigo 138 da Lei nº 14.133/2021;

26.1.3 aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

26.2 Interposto o recurso, tal ato será comunicado aos demais licitantes, que poderão apresentar contrarrazões no prazo de **2 (dois)** dias úteis.

26.3 O recurso será dirigido à Comissão e entregue no endereço do Campus Três Corações ou remetido para o e-mail licitacao.trescoracoes@ifsuldeminas.edu.br, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, ou nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informados.

26.3.1 A decisão deverá ser proferida no prazo de **5 (cinco)** dias úteis, contado do recebimento do recurso.

26.4 Os recursos interpostos em razão de habilitação ou inabilitação de proponente terão efeito suspensivo, podendo a autoridade competente, motivadamente e presentes razões de interesse público, atribuir eficácia suspensiva aos demais recursos.

26.5 Durante o prazo de apresentação do recurso, será garantido o acesso do proponente aos autos do processo ou a qualquer outra informação necessária à instrução do recurso.

26.6 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1 Quaisquer dúvidas porventura existentes sobre o disposto no presente edital deverão ser objeto de consulta, por escrito, à Comissão de Avaliação da Chamada Pública, em até **5 (cinco)** dias consecutivos anteriores à data de abertura da sessão pública.

27.1.1 As dúvidas serão consolidadas e respondidas, por escrito, após esgotado o prazo de consulta, por meio de circular afixada em mural na sede da Comissão e encaminhada a todos os interessados que tenham informado seu endereço eletrônico, cabendo àqueles que por qualquer motivo não tenham recebido as informações no prazo estipulado o dever, no resguardo de seus interesses, de inteirar-se sobre o teor do documento.

27.2 Os interessados deverão estudar minuciosamente o edital e seus anexos, bem como todas as instruções, termos e especificações técnicas presentes, informando-se de todas as circunstâncias ou detalhes que possam de algum modo afetar a aferição dos custos e prazos envolvidos na execução do objeto.

27.3 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas documentações, e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por essas despesas, independentemente da condução ou do resultado do procedimento.

27.4 A participação neste procedimento implica plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste edital e em seus anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nele contidas.

27.5 Qualquer modificação no edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

27.6 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização da Chamada Pública na data marcada, será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação contrária da Comissão.

27.7 É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase deste procedimento, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

27.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e em seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

27.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do proponente, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

27.10 As normas que disciplinam este procedimento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

27.11 Todas as peças que compõem o processo são complementares entre si. Assim, qualquer menção formulada em um documento e omitida nos outros, será considerada como especificada e válida. Não será admitida a argumentação de desconhecimento de obrigação a ser cumprida devido sua omissão em algum documento.

27.12 O edital e seus anexos, assim como o processo administrativo eletrônico, ficarão disponíveis aos interessados mediante solicitação enviada para licitacao.trescoracoes@ifsuldeminas.edu.br.

27.12.1 O Edital também será disponibilizado, na íntegra, no site www.ifsuldeminas.edu.br e por e-mail, mediante solicitação enviada para licitacao.trescoracoes@ifsuldeminas.edu.br.

27.13 Em caso de cobrança pelo fornecimento de cópia da íntegra do edital e de seus anexos, o valor se limitará ao custo efetivo da reprodução gráfica de tais documentos, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

27.14 Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão com base nas disposições das normas aplicáveis.

28. DO FORO

28.1 As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, Seção Judiciária de Minas Gerais, Subseção Judiciária de Pouso Alegre, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Três Corações, 20 de maio de 2026

Fernanda Lasneaux Pereira Ribeiro

Diretor de Administração e Planejamento

Campus Três Corações

De Acordo:

Carlos José dos Santos

Diretor-Geral

Campus Três Corações

Documento assinado eletronicamente por:

- **Fernanda Lasneaux Pereira Ribeiro, DIRETOR(A) - CD4 - TCO - DAP**, em 20/05/2026 16:39:37.
- **Carlos Jose dos Santos, DIRETOR(A) GERAL - CD2 - TCO**, em 20/05/2026 16:41:44.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 20/05/2026. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifsuldeminas.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 665779

Código de Autenticação: 4ffe29b6cd

Nível de Acesso: Público

20/05/2026 15:16 - Criado inicialmente como: Público.



Documento eletrônico gerado pelo SUAP (<https://suap.ifsuldeminas.edu.br>)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais